

Impacto da pesquisa em administração e negócios: Para quê? Para quem?¹

MARCELO DE SOUZA BISPO

marcelodesouzabispo@gmail.com

MARCELO DE SOUZA BISPO

Doutor em Administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie com estágio pós-doutoral em teoria social pela Universidade de Kentucky (EUA). Professor da UFPB nos Programas de Pós-graduação em Administração (PPGA/UFPB), onde atua como coordenador, e Sociologia (PPGS/UFPB). Integrante do Núcleo de Estudos em Aprendizagem e Conhecimento (NAC/UFPB).

1. Este ensaio é resultado da palestra "Impacto da pesquisa: para quê? Para quem?" proferida por mim na Divisão de Ensino e Pesquisa (EPQ) da ANPAD no seu encontro anual de 2021. Trata-se de resultado parcial da pesquisa sobre gestão educativa que é financiada pelo CNPq (Edital Universal 2018 / Bolsa Produtividade 2020) e pela Universidade Federal da Paraíba (Edital Produtividade em Pesquisa 2021).

RESUMO

O objetivo deste ensaio é refletir sobre a lógica dominante no discurso sobre impacto da pesquisa científica em administração e negócios. A partir de uma perspectiva crítica, eu mobilizo literatura das áreas de ciência política, economia política e sociologia para desnaturalizar alguns cânones da área de administração e negócios e defender a tese de que impacto da pesquisa nem sempre pode ser positivo e que a ideia de bom ou ruim depende de quem avalia. Busco evidenciar que o impacto da pesquisa não se trata de um fenômeno uniforme, mas que demanda o entendimento de para quê e para quem iremos produzir conhecimento científico em administração. Concluo dizendo que a racionalidade neoliberal que orienta boa parte da produção científica em administração e negócios na atualidade é incompatível com a ética em negócios, sustentabilidade, responsabilidade social corporativa e que é necessário pensar a administração sob outros paradigmas orientados para o bem comum.

Palavras-chave: Impacto da pesquisa; Administração; Negócios; Neoliberalismo; Sociologia das Organizações; Teoria Social.

ABSTRACT

This essay aims to reflect on the dominant logic in the discourse on the impact of scientific research on management and business. From a critical perspective, I mobilize literature from political science, political economics, and sociology to denaturalize some canons in management and business. I defend the thesis that the impact of research cannot always be positive. The idea of what is good or bad depends on who evaluates it. I seek to show that the impact of research is not a uniform phenomenon. It requires an understanding of why and for whom we will produce scientific knowledge in management. I conclude by saying that today's neoliberal rationality that guides much of the scientific production in management and business is incompatible with business ethics, sustainability, and corporate social responsibility. It is necessary to think management under other paradigms oriented towards the common good.

Keywords: Research impact; Management; Business; Neoliberalism; Sociology of Organizations; Social Theory.



Palavras iniciais

Atualmente, o debate sobre impacto da pesquisa tomou conta da ciência brasileira e a área de administração está diante desse desafio (Sandes-Guimarães & Hourneaux Junior, 2020). O ponto central que motiva o debate está baseado na ideia de que a produção científica deve ser útil para os praticantes e a sociedade como um todo e não deve ser algo apenas para o consumo do ambiente acadêmico (Jack, 2020).

Trata-se de uma pauta derivada de outra ideia (maior) de que a universidade está fechada dentro de seus muros e pouco dialoga com a sociedade (Chauí, 2003). Apesar de eu entender que a universidade pode caminhar mais próxima da sociedade e que o conhecimento científico deve contribuir para a melhoria da vida das pessoas e em sociedade, eu não posso me furtar de ampliar o debate trazendo à tona algumas ideias e interesses que andam a reboque (para não dizer escondidos) dessa discussão sobre impacto.

Assim, vou me debruçar neste texto em quatro aspectos que devem estar evidentes para qualificar o debate, assim como as ações derivadas deles. O primeiro é a ideia de que a universidade é um mundo isolado da sociedade; O segundo trata das lutas por hegemonia do que devem ser sociedade e universidade sob a racionalidade neoliberal capitalista; A terceira propõe pensar a noção de impacto da pesquisa como afeto; O quarto propõe como deve ser uma agenda de pesquisa em administração considerando impacto como afeto.

A relação universidade sociedade

A percepção de que a universidade é um mundo isolado da sociedade ganhou força nos últimos anos (Jack, 2020). Essa percepção é conveniente para todos que buscam criticar a universidade de alguma maneira, criando uma falsa cisão entre universidade e sociedade. Ora, não há universidade sem sociedade de modo que a primeira está contida na segunda. Apesar de parecer uma observação óbvia, é preciso resgatar que a universidade carrega consigo boa parte das virtudes e vícios da sociedade. Afinal, seria a universidade constituída de extraterrestres?

O ponto central para este aspecto do debate está em refletir e discutir quais são as atribuições da universidade. Na verdade, este ponto é o que realmente está em jogo na discussão sobre impacto da pesquisa. Assim, a ideia de que a universidade é um espaço plural, diverso e propício para o debate nem sempre é uma realidade (van Houtum & van Uden, 2020). O meio acadêmico é um lugar de disputas por hegemonia assim como na sociedade (Bourdieu, 2011). Cabe a mim, neste momento, destacar que pensar universidade e sociedade como unidades homogêneas (a universidade e a sociedade) já evidencia a busca por hegemonia nessas formas de ordenamento social e uma tendência de negação da diversidade.

A sociedade e a universidade sob a racionalidade neoliberal

Uma consequência do debate sobre a relação entre universidade e sociedade é a necessidade de identificação sobre quais ideias estão em disputa na busca pela hegemonia do que devem ser a universidade e a sociedade. Assim, eu não tenho como fugir (apesar de não ter espaço para aprofundar) de um termo que virou inimigo no discurso dominante na área de negócios, a política. Sim, a disputa por hegemonia de como devem ser universidade e sociedade está diretamente ligada às visões políticas.

A chave para entendermos o que vou apresentar na sequência deste texto, é compreender que a visão política dominante se apresenta como apolítica, técnica e neutra, o que dificulta a sua identificação enquanto uma visão política (Morresi, 2013) e facilita um discurso totalizante (supostamente apolítico) de ideias sobre melhores práticas e a necessidade de generalização (qualquer semelhança com os mantras da área de administração e negócios não é mera coincidência).

Cabe lembrar também que a (suposta) cisão entre política (entendida como ideológica e não técnica) e a economia (assumida como técnica e racional) contribuiu para que muitos entre nós acadêmicos na área de administração e negócios (e boa parte da sociedade) consideremos a visão dominante na economia o melhor jeito de fazer as coisas (devido a tal racionalidade). Nesse cenário, a política costuma ser reduzida a questões político-partidárias e sinônimo de conchavos. Ou seja, é uma visão política que se afasta das demais sob o argumento de dona da razão. Afinal, qual visão política é essa?

Estou falando do liberalismo na sua terceira geração (Bobbio, 1986; Ganem, 2012). Trata-se do neoliberalismo (Dardot & Laval, 2016) que representa uma racionalidade de ordenamento social que une o capitalismo (esse sim apolítico e tratarei disso mais adiante) a essa terceira geração do liberalismo que (em muitos aspectos) vai contra as ideias centrais do primeiro liberalismo clássico e é crítico ao segundo liberalismo representado pelo keynesianismo (Bobbio, 1986; Dardot & Laval, 2016; Ganem, 2012). Portanto, é leviano dizer que o liberalismo sempre foi a mesma coisa desde os seus fundadores expoentes John Locke (2006) e Adam Smith (1983). O neoliberalismo começa a se consolidar a partir de mudanças sociais (políticas e econômicas, inclusive) ocorridas no final da década de 1970 e que ganha força no ocidente nos anos 1990 com a conhecida crise do estado de bem-estar social (também denominado como keynesianismo ou social-democracia). Seu principal expoente é Friedrich von Hayek (Ganem, 2012).

Os princípios do neoliberalismo se pautam na exacerbação do individualismo, a ampla concorrência (entre empresas e pessoas), o estado mínimo e forte (com apenas o monopólio da força e do sistema de justiça), a meritocracia, a naturalização da desigualdade e o mercado como protagonista do ordenamento social frente ao Estado e a sociedade civil (Dardot & Laval, 2016; Ganem, 2012). É o avanço do neoliberalismo que permite a consolidação de ideias como, por exemplo, as pessoas serem as únicas responsáveis pelas suas carreiras e sucesso (basta se esforçar), as reformas estatais com diminuição de direitos (especialmente trabalhistas), de que os melhores devem vencer (mesmo que esses melhores sempre partam de posições mais privilegiadas na sociedade).

Assim, a pobreza é entendida como fruto de um fracasso individual e que o mercado deve ser soberano diante do Estado e da sociedade civil sob os argumentos de ser o racional (basta acompanhar as bolsas de valores que esse argumento cai por terra), gerador de empregos (ainda que defenda a extinção dos direitos trabalhistas e chame a uberização de empreendedorismo) e único meio de geração de riqueza para oferecer bem-estar social (a ideia de crescer o bolo para depois dividi-lo). É diante desse protagonismo dado ao mercado que entra o capitalismo na racionalidade neoliberal (eles não são a mesma coisa).

Associar o capitalismo a um regime político exclusivo é inadequado, uma vez que ele se trata de uma forma de organização socioeconômica (Bresser-Pereira, 2020; Ganem, 2012; Rosanvallon, 1997), uma prática social (Schatzki, 2001). Portanto, o capitalismo consegue se associar a qualquer regime político em que a propriedade privada e a maximização dos lucros estejam protegidas. Assim, por exemplo, é falsa a ideia de que o capitalismo é irmão gêmeo da democracia ou garantidor de liberdades como aquelas defendidas no liberalismo clássico (Brown, 2019; Ganem, 2012; Rosanvallon, 1997). O capitalismo dialoga muito bem (se preciso) com regimes autoritários desde que não ameassem seus fundamentos (vide os exemplos recentes da Turquia, Polônia, Hungria e, por que não, o Brasil).

É preciso evidenciar que as elites econômicas apenas aceitaram o voto universal (como sinônimo de democracia e tardiamente), por exemplo, após perceberem que essa concessão não seria capaz de derrubar o seu *status quo* (Bresser-Pereira, 2020), impedindo o que Tocqueville (1987) chamou de **tiranía da maioria**. O capitalismo transformou a noção de maximização do lucro em um valor basilar da sociedade financiado pelo mercado (rogado de racional) que é dominado (não por coincidência) pelas elites econômicas (Comin, 2015; Pohlmann & Lim, 2014; Valarini, Elias & Pohlmann, 2015).

A configuração atual do capitalismo financeirizado (Paulani, 2006) encontra no neoliberalismo sustentação política fértil para a naturalização da pobreza (e conseqüentemente da miséria), assim como da acumulação excessiva de capital financeiro representada pelos bilionários (que até são festejados quando chegam nesta condição) e a criação de megacorporações que impedem (até) a ideia de livre e ampla concorrência defendida pelos próprios liberais.

Eu posso até concordar (em alguma medida) que o socialismo foi uma experiência malsucedida (não pelos seus fundamentos, mas pela execução deles), mas não há como negar que o neoliberalismo e o capitalismo vigente também fracassaram na defesa da democracia (Bresser-Pereira, 2020) e na diminuição das desigualdades que são percebidas de maneira mais cruel no aumento da insegurança alimentar (Fonseca, 2021) e da miséria no mundo (BBC, 2020). O que dizer sobre um dos maiores produtores de alimentos do mundo (o Brasil) ser um dos países, atualmente, com elevado índice de insegurança alimentar? Certamente isso não é culpa nem do comunismo e nem do socialismo (frequentemente associados como inimigos eternos da sociedade no ocidente).

Compreender em qual cenário se dá o debate sobre impacto da pesquisa e qual o papel da universidade nisso, é relevante para podermos fazer (mesmo que de maneira ainda rudimentar) um exercício sociológico que nos ajude a evidenciar quais as cartas estão na mesa desse jogo. Desse modo, busco desnaturalizar aspectos que são assumidos na área de administração e negócios como **normais** como a maximização de lucros e o estoque de dinheiro (que ironia, o tal estoque tão criticado nos modelos de produção é normalizado quando se trata de recursos financeiros). Quero deixar evidente que não estou questionando qualquer empresa privada ter lucro, mas a **lógica de maximização** em que o fim justifica os meios e tornam impossível (quando muito, uma balela) ideias sobre sustentabilidade, ética nos negócios, responsabilidade social corporativa e trabalho humanizado.

Assumir uma posição crítica sobre o modelo neoliberal capitalista não quer dizer que eu seja contra o debate sobre impacto da pesquisa científica, apenas abre espaço para eu dizer que o impacto não seja reduzido a ganhos econômico-financeiros (Edwards & Meagher, 2020; Pitman & Berman, 2009) de modo que esses ganhos estejam acima de uma sociedade mais justa e igualitária. A universidade (especialmente pública) tem que estar engajada com compromissos morais mais amplos de modo a evidenciar os problemas sociais e colaborar para mitigá-los, mesmo que isso signifique um embate com as elites (inclusive dentro da própria universidade).

Impacto da pesquisa como afeto

Penso ser relevante assumir que a noção de impacto da pesquisa seja mais aprofundada, de modo que a ideia de que todos nós sabemos o que é impacto e que qualquer impacto é bom para a sociedade seja refletido e relativizado. Afinal, será que não há interesses difusos e contraditórios na sociedade? Quais deles nós vamos abraçar? Determinar o que é bom para a sociedade é sempre um risco devido ao grau de controvérsia inerente a esse debate (Gunn & Mintrom, 2017).

O meu entendimento sobre impacto é de que ele precisa ser sempre entendido por uma perspectiva relativista e como um afeto (Bispo & Davel, 2021). Ou seja, o afeto dentro da ética de Espinoza (1992) é a capacidade que as pessoas têm de afetar e serem afetadas por alguém ou alguma coisa. Isso não significa, necessariamente, que um afeto é sempre bom ou positivo. A mesma ideia serve para o impacto, ele pode ser bom para alguns e ruim para outros. Assim, pensar em impacto está mais relacionado com entender as conseqüências das nossas atividades de pesquisa do que, de fato, assumir (ingenuamente) que sabemos o que é bom ou ruim para a sociedade.

Essa perspectiva de impacto torna o processo mais reflexivo, plural e abre espaço para que a universidade consiga ensinar e aprender com uma compreensão mais dedicada das conseqüências das nossas atividades de pesquisa. Assim, pensar em impacto é assumir uma

posição de educação mútua entre universidade e sociedade—uma troca constante. Isso é ainda mais relevante na área de administração e negócios que costuma assumir uma posição de certa soberba sobre como devem ser as coisas ao apresentar modelos supostamente robustos.

Pesquisas de impacto em administração

O último ponto que quero discutir é como devemos orientar as nossas agendas de pesquisa a partir do entendimento de que impacto é uma relação de afeto (Bispo & Davel, 2021). Esse ponto da discussão é sensível porque nos obriga a definir de maneira mais assertiva dois termos que são comumente utilizados nos debates sobre impacto em administração e negócios, praticantes e sociedade. Muitas vezes, as falas sobre impacto utilizam os termos praticantes e sociedade de maneira intercambiada. Mas será que realmente estamos falando da mesma coisa? Será que os praticantes da área de administração e negócios representam de maneira ampla a sociedade? Aqui está a chave da reflexão.

Se os praticantes são as pessoas que trabalham com administração/gestão, será que elas atuam sempre orientadas para problemas societais? Ou será que o trabalho delas visam atender fins específicos e particulares? Se a resposta for sim para a segunda questão, logo temos que voltar a refletir sobre a influência da razão neoliberal na nossa área. Interesses individuais (de pessoas e empresas) podem ser conflitantes com interesses maiores, o que nos leva a perguntar: Quais desses interesses a minha pesquisa deve atender?

A resposta liberal para essa pergunta é evidente, o interesse individual deve se sobrepor a algum interesse coletivo. Isso porque a propriedade privada (Locke, 2006 ver cap. V) amparada pelas somas das liberdades individuais são o que constroem um bem coletivo (Bobbio, 1986) de acordo com essa visão política. É essa lógica que permite a naturalização do individualismo, da concorrência e da meritocracia. Talvez aí esteja a confusão de equiparar o impacto da pesquisa para o praticante como semelhante à sociedade.

Mas eu quero desconstruir essa percepção por uma perspectiva mais objetivista. Vamos fazer um exercício a partir da pergunta: Quais seriam as demandas ou problemas **prioritários** apontados pelos gestores (praticantes) no seu trabalho cotidiano? Melhorar eficiência, aumentar participação de mercado, aumentar ganhos, reduzir custos? Se a resposta for positiva, daí eu pergunto: Esses são os principais problemas societais na atualidade ou são o caminho para resolvê-los, especialmente no Brasil? Será que a grande parte da população assume como seus os problemas e demandas dos praticantes na área de administração e negócios?

Como já mencionei anteriormente, somos o país da insegurança alimentar (e não estamos sozinhos no mundo, infelizmente), do desemprego (Garcia, 2021), do racismo (Silveira, 2020), da violência contra a mulher (Vieira, 2020), de grande número de homicídios (Cerqueira et al., 2021). Se esses temas são centrais na sociedade (especialmente a brasileira), será que ao pensar o impacto da pesquisa para os praticantes nós estamos, realmente, oferecendo alguma contribuição para a sociedade de maneira mais ampla? Quantas de nossas pesquisas estão focadas em entender e colaborar com os problemas societais mencionados? Como a administração pode ser uma ciência que seja capaz de melhorar eficiência de forma dialogada com os grandes problemas societais? Penso que o impacto da pesquisa em administração e negócios precisa ser orientado por essa discussão de maneira profunda e responsável.

Não adianta falarmos de ética nos negócios, sustentabilidade ou responsabilidade social corporativa, trabalho humanizado, tendo como fundamento a maximização do lucro. Essa conta não fecha! Penso ser mais adequado inverter a lógica de modo a buscar descobrir qual é o **lucro possível** tomando como referência a responsabilidade nos negócios. Esse é o desafio que eu acredito que deve orientar o debate de impacto da pesquisa em administração e negócios sem perder de vista que o impacto é um afeto e depende de escolhas.

Ainda que algum neoliberal que esteja me lendo até aqui pense que os problemas societais sejam responsabilidade do Estado, fica a pergunta: Como um estado mínimo em países

altamente desiguais pode dar conta dessa agenda? Se a resposta for a clássica liberal de igualdade de oportunidades (especialmente na educação) e se orientar pela suposta racionalidade do mercado que não deve ser atrapalhado pela política (irracional), surge uma nova pergunta: Nesses aproximadamente quarenta anos do neoliberalismo, por que o número de pobres e miseráveis no mundo cresce muito mais do que o de bilionários? Inclusive em países como os Estados Unidos (ver Lissardy, 2020)? A culpa é exclusiva da política e do Estado?

Eis o problema que precisamos resolver efetivamente na área de administração e negócios, não basta se aproximar da sociedade, mas é preciso compreendê-la e ter uma agenda de pesquisa que seja compatível com os grandes problemas sociais. Caso contrário, trabalharemos para aumentar desigualdades achando que estamos impactando (positivamente) a própria sociedade, sendo que, na verdade, estaremos produzindo conhecimento para alguns manterem seus privilégios de elite dizendo que **estamos melhorando o mundo**.

Palavras finais

Finalizo minha reflexão defendendo que, se quisermos realmente provocar impactos (positivos) em contexto societal na área de administração e negócios, precisamos nos atentar a dois aspectos. O primeiro é perceber a incompatibilidade entre a administração enquanto racionalidade neoliberal e os reais problemas que enfrentamos no mundo. Ao contrário do que escreveu John Locke (2006), não é possível que a soma de interesses particulares leve ao bem comum. O que presenciamos hoje é que essa ideia apenas aumentou o fosso entre as elites (especialmente econômicas) e as massas. Também não é o mercado que será capaz de resolver o problema da desigualdade operando sob a lógica da maximização de lucros. Essa lógica representa, na prática, destruição ambiental, precarização das relações de trabalho, acumulação de capital (ao invés de distribuição de renda) a níveis exorbitantes (a ponto de termos poucas pessoas gastando dinheiro para ir passear na Lua) e o aumento da violência, pobreza e miséria.

O segundo é nos dedicarmos em encontrar soluções que estejam orientadas para os grandes problemas sociais de modo que o lucro seja o possível e não o máximo. Isso significa que a área de administração e negócios deve relativizar o individualismo e retomar o debate sobre o bem comum (Muff et al., 2013). Será que a administração poderá ser orientada por outros paradigmas que nos levem ao bem comum, ou ela morrerá abraçada com o neoliberalismo sendo vítima de seus próprios impactos?



REFERÊNCIAS

BBC News Brasil (2020). Os cálculos que preveem mais 115 milhões de pessoas na miséria no mundo, enquanto fortuna de bilionários cresceu 27%. Recuperado de <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54470607>>.

Bispo, M. de S., & Davel, E. (2021). Impacto Educacional da Pesquisa. *O&S*, 28(97), 219-226.
Bobbio, N. (1986). Liberalismo velho e novo. In N. Bobbio. *O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo* (M. A. Nogueira, Trad.) Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Bourdieu, P. (2011). *Homo academicus*. Florianópolis: Editora da UFSC.

Bresser-Pereira, L. C. (2020). A democracia não está morrendo: Foi o neoliberalismo que fracassou. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* [online], 111, 51-79. Recuperado de <<https://doi.org/10.1590/0102-051079/111>>.

Brown, W. (2019). *Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Politeia.

Cerqueira, D. et al. (2021). *Atlas da violência 2021*. São Paulo: FBSP.

Chauí, M. (2003). A universidade pública sob nova perspectiva. *Rev. Bras. Educ.* 24, 5-15.

Comin, A. A. (2015). Elites econômicas e neoliberalismo. *Plural*, 22(2), 5-17.

Edwards, D. M., & Meagher, L. R. (2020). A framework to evaluate the impacts of research on policy and practice: a forestry pilot study. *Forest Policy and Economics*, 114, 101975. Recuperado de <<https://doi.org/10.1016/j.forpol.2019.101975>>.

Espinosa, B. (1992). *Ética*. Lisboa: Relógio d'Água.

Fonseca, N. (2021). Dia Mundial da Alimentação: insegurança alimentar e como ela avança no Brasil. *CNN Brasil*. Recuperado de <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/dia-mundial-da-alimentacao-inseguranca-alimentar-e-como-ela-avanca-no-brasil/>>.

Ganem, A. (2012). O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek. *Economia e Sociedade*, Campinas, 21(1), 143-164.

Garcia, A. (2021). Desemprego melhorou, mas mercado de trabalho tem problemas, diz economista. *CNN Brasil*. Recuperado de <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/desemprego-melhorou-mas-mercado-de-trabalho-tem-problemas-diz-economista/>>.

van Houtum, H., & van Uden, A. (2020). The autoimmunity of the modern university: How its managerialism is self-harming what it claims to protect. *Organization*. 29(1):197-208. Recuperado de <<https://doi.org/10.1177/1350508420975347>>.

Jack, A. (2020, fevereiro 24). Academic focus limits business schools' contribution to society. *Financial Times*. Recuperado de <<https://on.ft.com/3wMHArD>>.

Lissardy, G. (2020). Por que os EUA têm os piores índices de pobreza do mundo desenvolvido? *BBC News*. Recuperado de <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53562958>>.

Locke, J. (2006). *Dois tratados do governo civil*. Lisboa: Edições 70.

Morresi, S. (2013). A política sem conflito e a visão do neoliberalismo. In E. Ostrensky & P. Tierno (Orgs.). *Teoria, discurso e ação política* (C. Cardoso Ferreira, Trad.) São Paulo: Alameda.

Muff, K., Dyllick, T., Drewell, M., North, J., Shrivastava, P., & Haertle, J. (2013). *Management education for the world: a vision for business schools serving people and planet*. Cheltenham: Edward Elgar.

Paulani, L.M. (2006). O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In J. C. F. Lima, & L. M. W. Neves (Orgs), *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo* (pp. 67-107). Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz.

Pitman, T., & Berman, J. (2009). Of what benefit and to whom? Linking Australian humanities research with its 'end users'. *Journal of Higher Education Policy and Management*, 31(4), 315-326. doi:10.1080/13600800903191955

Pohlmann, M., & Lim, H.C. (2014). A New "Spirit" of Capitalism? – Globalization and its Impact on the Diffusion of Neoliberal Management Thinking in Germany and the East Asian Economies. *Development and Society*, 43(1), 1-32.

Rosanvallon, P. (1997). *A crise do Estado-providência*. Brasília: UnB.

Sandes-Guimarães, L. V., & Hourneaux Junior, F. (2020). Editorial: Research impact – what is it, after all? Editorial impact series part 1. *RAUSP Management Journal*, 55(3), 283-287. doi: 0000-0002-0165-7843

Schatzki, T. R. (2001). Introduction: practice theory. In: Schatzki, T. R., Knorr-Cetina, K., & Savigny, E. *The practice turn in contemporary*, London: Routledge.

Silveira, D. (2020). 'Racismo estrutural' é maior entrave para a população negra no mercado de trabalho, dizem ativistas. Portal G1. Recuperado de <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/11/20/racismo-estrutural-e-maior-entrave-para-a-populacao-negra-no-mercado-de-trabalho-dizem-ativistas.ghtml>>.

Smith, A. (1983). *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo (Col. "Os economistas"): Abril Cultural.

Tocqueville, A. de. (1987). *A Democracia na América*. São Paulo: Edusp.

Valarini, E., Elias, F., & Pohlmann, M. (2015). O espírito capitalista neoliberal na América Latina: O papel da orientação para o mercado financeiro nas grandes empresas argentinas e brasileiras. *Plural*, 22(2), 37-80.

Vieira, B. M. (2020). 40% das mulheres dizem que já foram xingadas ou ouviram gritos em ambiente de trabalho contra 13% dos homens, diz pesquisa. Portal G1 SP. Recuperado de <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/12/07/40percent-das-mulheres-dizem-que-ja-foram-xingadas-ou-ouviram-gritos-em-ambiente-de-trabalho-contra-13percent-dos-homens-diz-pesquisa.ghtml>>.